

2: Números

BALANÇO

CORTES

INTEGRALMENTE CORTADOS:

1 CRÔNICA:

PETRARCA REVISITED de NUNO DE BRAGANÇA

1 ANTOLOGIA

OS FUNDAMENTOS DO SOCIALISMO de ANDRÉ PHILIPPE

2 NOTAS DO NOTICIÁRIO CRÍTICO

FESTA DE ANOS -- NUNO DE BRAGANÇA
A QUESTÃO UNIVERSITÁRIA -- FERREIRA GOMES

CORTES (aprovados com)

Editorial

Final do Artigo "SIGNIFICADO DO TERMO
MONDO" de CARLO MORTIERA



NOTA DE JORGE SAMPAIO "O PROCESSO DO PETIT-CLAMART"

2: M...

BALANÇO

CORTES

INTERAMENTE CORTADOS

J. G. R. O. U. I. A.

PETRARCA REVISITED de NOME BRANCA

L. ANTOLOGIA

DE FUNDAMENTOS DO SOCIALISMO E ANDRE PHILIP

2: NOTAS DO MATRICIÁRIO CRÍTICO

FESTA DE ANO - NOME DE BRANCA

A QUESTÃO UNIVERSITÁRIA - FERRERIA GOMES

CORTES (aprovado com)

Ed. 1ª ed.

Fim de Acto. 2ª edição de TERRA

livro de 1ª ed. 1958



em 12-2-63

Prova n.º 7

Saída em 28-2-63

dos socialismos europeus, sobretudo aqueles, dificilmente seriam transponíveis para os países do Terceiro Mundo, o que implica o reconhecimento da necessidade de aqueles povos *inventarem sociedades novas*, como escreveu François Perroux. Que tem isto que ver que a coexistência pacífica e com a perspectiva planetária de que temos falado?

Em primeiro lugar, importa reconhecer que só o contexto actual das relações internacionais permite uma *certa liberdade de escolha*, mais ou menos condicionada, aos povos do Terceiro Mundo, a qual foi e continuaria a ser inexistente na hipótese de hegemonia clara de um dado grupo de nações e correspondente sistema de organização social. Quaisquer que sejam os julgamentos que se façam sobre Castro e o seu regime, é indiscutível que um socialismo cubano seria impensável força da conjuntura política actual.

Em segundo lugar, e mais profundamente, aquela margem de liberdade significa que o Terceiro Mundo é um vasto *laboratório de experiências sociais*, em que cada nação demonstra na prática social a capacidade de ultrapassar no seu significado humano as experiências de Oeste e Leste, cada uma delas com os seus êxitos, mas também com os seus custos humanos. Tomando por referência o Ocidente industrializado, os povos subdesenvolvidos cujas elites dominantes estejam efectivamente ao serviço das populações que representam, podem bem desdenhar um estilo de civilização fundado no enriquecimento individual, no «high mass consumption». Eis porque essas experiências que laboriosamente as nações jovens vão realizando, nas suas vias de progresso, significam afinal um enriquecimento na experiência colectiva do Homem.

8 — As afirmações gerais que anteriormente efectuámos postularam, como dissemos, a concepção do Terceiro Mundo como realidade relativamente homogénea, afinal o conjunto dos países económica e socialmente pouco desenvolvidos do Globo. Cremos ter demonstrado a utilidade de uma expressão que, embora seguramente imprecisa, contém toda uma série de ressonâncias económicas, sociais, políticas e até simplesmente humanas que qualquer espírito interessado no seu tempo não pode ignorar. É evidente, todavia, que a partir do ponto a que conduzimos as nossas reflexões setornaria necessária uma particularização dentro do quadro geral a que nos reportámos. Cuba e o Brasil, o Egipto, a Argélia e o Senegal, a Índia e a China Popular constituem realidades profundamente distintas, embora todas elas susceptíveis de inclusão no mundo das nações pobres. Ora, que dizer das nações ditas «em vias de desenvolvimento» da Europa? Qual a sua vocação? Eis um tema que gostaríamos de ver discutido e meditado entre nós, na medida exacta — mesmo nessa — em que somos capazes de meditar e discutir. Como exercício intelectual, a questão assume ainda maiores atractivos quando, reflectindo na situação portuguesa, se repara serem os povos de Angola e Moçambique — por exemplo — tipicamente referenciáveis no quadro do «Terceiro Mundo», enquanto a Metrópole (não se integrando, porventura, nem no terceiro, nem nos dois primeiros) carecerá talvez de qualquer outro mundo para se encontrar.

MARIO MURTEIRA



Vale

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES



EDITORIAL

IS o segundo número de «O TEMPO E O MODO». Eis que estão já para trás as reacções que neste nosso tempo deveriam normalmente seguir-se ao aparecimento duma nova revista. Eis que julgamos não fugir à verdade se dissermos que foi ela acolhida com algum cepticismo e com alguma esperança. Ao cepticismo tudo, ou quase tudo, na hora presente nos convida. Hora pouco propícia às grandes esperanças e aos grandes entusiasmos, nela quase consentimos em chamar àquelas ilusões e em identificar estes com juventudes que, igualmente cépticos, nos limitamos, passivos, a contemplar. Hora que se seguiu ao desmoronar de muita coisa e que, quase brandamente, se desfazem restos. Descobrimo-nos habituados. Alguns, indiferentes. Quase todos, pessimistas. Endureceu-nos a pele debaixo de não muito remotas cicatrizes, estamos menos preparados para as longas expectativas. Vacilamos. Começamos a não acreditar nem nos outros, nem em nós próprios. Quousque tandem? E é exactamente a nossa abusada paciência que se descobre menos ilimitada. Habituados ao bloqueio, começamo-nos a bloquear em nós próprios. Examinamos as traições dos outros e esquecemo-nos das nossas. Vivemos no tempo das congelações. ~~Donde se já nos não passa pela cabeça pensar para a posteridade, quais outros «vencidos da vida», aceitamos — com resignada tristeza — a nossa quota-parte nas gerações traídas. Todos o fomos ou todos o somos. Disso sabemos. E por isso a memória é má conselheira se de novo nos convidam a acreditar e a esperar, se de novo vemos repetir a velha história das coisas que se querem novas. Mas a esperança — diz Péguy — espanta o próprio Deus. Espantanos a nós também e contra nós persiste em surgir — «jeune fille importante» — quase ao sabor de cada dia. Contra as velhas razões da nossa velha experiência. Do mais fundo de nós, da nossa própria razão de ser. Tudo isto se mistura — muito ou pouco — nas coisas novas que surgem. Tudo isto se mistura — muito ou pouco — naqueles mesmos que as constroem. Tudo isto vem a propósito duma coisa nova que surgiu. Donde — e para todos aqueles que uma vez mais se expuseram ao cepticismo e à esperança — a consciência duma pesada responsabilidade.. Não é impunemente que se desafia o cepticismo, que se invocam razões de esperança. Não é impunemente que se remexe em feridas mal saradas para de novo as abrir e nos dar consciência da dor que é nossa. Dos de ontem e dos~~

SERVIÇOS DE CENSURA
(LISEIA)
AUTORIZADO
COM
GORTES

Provas remetidas à Censura

em. 12-2-63

Prova n.º 18

Saída em 28-2-63



de hoje. E que não queremos seja dos de amanhã. Foi com a consciência de tudo isso que começámos. Com a consciência de tudo isso continuamos.

★

De coisas novas, de novidade, temos vindo a falar. Que o leitor se não iluda. Nada descobrimos de novo e é possível, até, que o não venhamos a descobrir; não temos pretensões doutrinárias, nem queremos assumir o lugar de profetas numa sociedade que demasiado os tem conhecido para se dar ao luxo de pactuar com outros; não invocamos carismas especiais. Se falamos de novidade, falamos em nome de um espírito novo. Esse, sim, é o nosso, ou o nosso, pretende ser. ~~Se não queremos assumir o lugar de videntes, nesta terra de cegos por demasiado habituada a proclamar a realeza dos que só conservam um olho, também não consentimos em — como alguém pretendeu já caracterizar o drama deste país — tirá-lo para permanecer idênticos, na mesma obscuridade e no mesmo obscurantismo. Anima-nos — desde a primeira hora — um real desejo de luta e de luta, em lucidez. Não aceitamos o «mar de rosas», não aderimos às «desordens estabelecidas», não nos acoitamos a quem das barreiras.~~

Um espírito novo — acreditamo-lo — preside à nossa iniciativa; novo pela estreita colaboração entre cristãos e não cristãos, unidos num mesmo combate e numa mesma aventura que um e outro aceitam integralmente, a que uns e outros integralmente se dão; novo pela procura insistente de diálogo a que jamais renunciaremos — diálogo com todos aqueles que o aceitam sem lhes opor conceitos ou preconceitos, que as mais das vezes são outros tantos disfarces e que só a má fé preside; novo pela vontade de encontro construtivo com todo aquele que compartilhe o peso destas ~~nossas e mortas horas.~~

Novo, diremos finalmente, porque acreditamos. E esta crença — em que integralmente nos pomos e por que integralmente lutamos — dá testemunho à nossa esperança. Ela nos dá força, ela é a «certeza da nossa juventude».

Ao leitor que julgou já o esforço que o nosso primeiro número pretendeu traduzir, pedimos que em nome de tudo isto continue a julgar

O TEMPO E O MODO

SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES



PETRARCA REVISITED
(para os que leram ou podem vir a ler «Lolita»)

«Helas! je crois a la vertu des oiseaux. Et il suffit
d'une plume pour une faire mourir de rire».

JOSEPH DELTEIL

Lolita é hoje, além do título de um romance também aproveitado para filme, um símbolo de dinheiro e de pudor. Aquele sorriu alegremente aos escritores que perderam este. Mas tal só foi possível depois do último governo da imolada, conspicua IV República ter perdido, e o tribunal, uma acção instaurada contra ele pela Olympia Press.

Expliquemo-nos pausadamente.

Em 1954, um escritor chamado Vladimir Nabokov viu um manuscrito seu em língua inglesa rejeitado por quatro editores americanos. Nabokov, além de ser americano por naturalização, tem nas veias sangue de origem numerosas e conhece o Mundo. Estes dois últimos factores levaram-no a sorrir, e a tomar o rumo de Paris. Na mala, o manuscrito. Pouco tempo depois, mãos fardadas e à ordem do governo que antecedeu o de Michel, o audaz, apreendiam a 1.ª edição de Lolita, que fora publicado em Paris, pela Olympia Press. Esta editora intentou então, e ganhou, a acção de que falámos. Em 1957, o livro era igualmente admitido nos Estados Unidos pelos fiscais de costumes nessa região.

Quando Lolita se tornou mercadoria licita ostentando na contracapa um resumo impresso das suas turras com as Autoridades, a procura foi feroz. Isto significa menos a proliferação dos maus costumes do que a do masoquismo, que leva abundantes criaturas de severidade a lerem livros onde buscam com que se chocar.

Terão ficado satisfeitas? Depende. Não há, no livro, uma só palavra obscena. Nem pornografia. Nem tão-pouco nele se chama virtude ao vício, nem sequer vice-versa. Humbert, Humbert, a personagem que se nos dirige mediante uma narrativa escrita na primeira pessoa do singular, é definido, num prefácio fictício que é já parte do romance, como «horri-vel», «abjecto», e «um exemplo vivo de leprosidade moral». A personagem «autora» não hesita em definir H. H. como «anormal», e leva a dureza do seu juízo ao ponto de afirmar: «Não é um gentleman!» Acresce ainda — para que não omitamos uma só centelha da fogueira purificadora — que H. H. bate abundante e persistentemente no próprio peito, insultando o corpo e a alma seus para edificação da comunidade humana.

Apesar de tudo isto, ainda é capaz de haver alguém que se choque

segue



com Dolita. Para este ou estes, o pior defeito do livro será o facto de constituir um romance muito bom.

A páginas 136 da edição impugnada por feu la IV^{ème} République pode-se ler: «O denominado «sexo» em nada me interessa. Toda e qualquer pessoa pode imaginar esse componente da animalidade. O que me impele é uma ambição profunda: dar definitiva forma à magia perigosa das «pequenas ninfas».

A explicação de «pequena ninfa» está na página 15: «Entre as idades limites de nove e doze anos, acontecem donzelas cuja verdadeira natureza, não humana mas sim ninfica (isto é demoníaca), é detectável unicamente pelo olhar experiente de certos viandantes embruxados, muito mais idosos do que elas; designarei aquelas criaturas de eleição por «pequenas ninfas». Humbert Humbert é, segundo se nos descreve, um homem obcecado por aquilo que define como o corpo de um qualquer diabo disfarçado de rapariguinha». O leitor, certamente recordado do seu Moniz, já identificou nessas realidades demoníacas um caso de (é, não é, Egas?) he-te-ro-sexualidade morbida. Nem o desventurado H. H. classifica de outro modo a sua paixão por uma zagala de drugstore com doze anos de vida e Estados Unidos, chamada Lolita (diminutivo de Lo que é diminutivo de Dolores). Ou melhor: como é escritor, ameniza a severidade prosaica desses diagnósticos sugerindo outras classificações adicionais: «Lolita, luz da minha vida, lume dos meus rins. Meu pecado, minha alma». É com palavras destas que começa a narrativa.

O leitor de Nabokov — sr — Lolita pode escolher entre três atitudes. A primeira é a indignação cacheando da sagesse des nations, por vezes geradora de artigos em jornais de vigilância. A segunda — sempre geradora de artigos em publicações de acção e pensamento — é a que acende a lâmpada da sociologia para vivissecar a decadência que desembaraçadamente identifica (como diria Humbert Humbert: je m'imagine celá).

A terceira — própria de raros, talvez — será de obediência a um parágrafo do livro (pág. 132), onde se lê:

«Por favor leitor: não obstante o quanto se exaspera contra o herói do meu livro — contra esse ternurento ente, mórbidamente sensível e de que a circunspecção é infinita — não passe por alto estas páginas essenciais! Imagine-me; sem isso, eu não existirei; procure discernir o que há em mim de corça trémula, perdida na floresta da própria iniquidade; sorriamos até. Ao fim de contas, não vem ao mundo mal por um sorriso».

Esta anuência ao sorriso conduzir-nos-á ao riso seriíssimo sobre o qual flutua este romance, que assim se apoia num elemento típico da

Peterson revisited.
2

COMISSÃO DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO

13

de Gué

SECRETARIA DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO

literatura ainda contemporânea.

A passagem do humor a elemento literário foi descrita por tanta gente importante que não vale a pena enumerar. Peçamos a uma pequena ninfa da assistência que mergulhe a mão no saco e, ao acaso, escolha um trecho. Saiu este de Aragon: «... para que haja poesia é necessário que o humor faça primeiramente abstracção da anti-poesia; de súbito, um carrinho de linha toma vida à conta do humor, e se vocês forem poetas, transformá-lo-ão numa mulher bonita ou no marulhar das ondas por cima do coral; que o humor é uma condição de poesia é o que estou afirmando indirectamente. Quanto humor em todos os grandes poetas! Sem falarmos de Lautréamont»¹.

¹ In *Le traité du Style*

Há quem afirme que o humor é mais construtivo do que a trolha. Em termos de literatura, Naokov é mais uma prova de que sim, senhor. Lolita é um portento de ironia, bem organizada, uma façanha de sorriso tratado em puro inglês, um compêndio da arte de demonstrar que o homem é, pelo menos, um animal que ri. Mas essa óptica do dente à mostra pode esconder a gente disraída que Lolita é sobretudo o brilhante relatório romanesco duma paixão. Paixão talvez atípica, mas paixão. Que, por isso mesmo, começa nos mais pré-históricos antecedentes para acabar no mais caldeado dos desgostos.

Retomemos o fio do enredo para benefício de quem ainda não tem o livro. Humbert Humbert vivera, aos 12 anos, um amor relampejante com uma criança fêmea da mesma idade: «Nós» — escreve ele — «amamo-nos com um amor prematuro, naquela ferocidade que tantas vezes arruína uma existência adulta. Eu era um moço robusto, sobrevivi; mas o veneno permaneceu na ferida e, esta aberta, encontrei-me ao fim de pouco tempo sazouando numa civilização que permite a um homem de vinte e cinco anos que namore uma rapariga de dezasseis, mas não de doze».

Durante estéreis e estirados anos de maturidade, H. H. percorre localidades, continentes, aventuras, um casamento, um divórcio e o norte do Canadá: tudo isto numa segura íntima de arenque falecido. Um belo dia, vai a passar por um quintal e (pág. 15): «...sem o mais leve aviso, uma onda oceânica e azul soergueu-me o coração; ajoelhado numa esteira do sol, semi-nua, rodando o corpo apoiado nos joelhos, lá estava o meu antigo amor espreitando-me por cima de uns óculos pretos».

Esclareçamos que o verdadeiro «antigo amor» se chamara Annabel e morrera de tifo. Mas a sua aparente aparição tem carne humana, americana, e um nome bem escolhido: Dolores Haze. O que, eventualmente,

Petruana revisada
3

H leu

le

la

segue



vem a suceder revela ao assombrado H. H., monstro de extracção europeia, que la petite Dolorés, à semelhança de muitas colegas suas em idade e nacionalidade, sabe mais dos facts of life do que um esquimó de focas. Vale agora a pena assinalar que a mórbida teoria das «pequenas ninfas» esconde durante muito tempo, aos olhos de H. H., a autêntica paixão que nele acaba por desenvolver die Kleine (como se diz em casa do tão ocidental) Conrad).

Chamexler

Aos olhos de H. H. mas não aos de Nabokov. Parece-nos, sobretudo, que este imaginou um ângulo invulgar para espreitar por escrito o mesmo fenómeno que perturbou Tristão.

Claro que para alguns dos que tomaram Lolita a sério, o seu enredo não passa da brilhante reconstrução de um percurso patológico. É compreensível que assim pensem. As pistas que o psiquiatra encontra neste livro são, de facto, tão nítidas e abundantes como os percursos de fao obtidos por quem arrastasse pelo chão, com demorada paciência, alguns coelhos mortos, no coófilo propósito de divertir subsequentes cães de caça. Mas não teriam estes razão para desconfiarem de tão abundante cheiro a felpo?

Diderot, que tinha os seus momentos de uratriarcal prudência, escreveu numa das tais tardes: «Se jeter dans les extrêmes, voilà la regle du poëte. Garder en tout un juste milieu, voilà la regle du bouheur. Et ne faut point faire de poésie dans la vie», afirmação essa que uma medida de juventude e duas de gin tradoçião assim: Quem se atira para situações limites cumpre a regra da poesia e acaba aflito. A regra da felicidade é o meio termo; cuidado com a felicidade.

Nabokov — tudo no-lo indica — quis tocar variações sobre um dos mais graves temas que há no Mundo: o facto da paixão de uma pessoa por outra ser coisa destrutível pela morte, pela velhice e pela convivência quotidiana. Num rasgo, a que não falta audácia, resolveu tomar a decisão poética de escolher um caso extremo, condensando tudo: o amor de H. H. por Lo, além de, naturalmente ameaçado pela morte, está-o pela polícia; os rivais são mais temíveis porque nêles a simples juventude é vantagem decisiva; e, finalmente, a durabilidade duma «pequena ninfa» não tem comparação com a de uma mulher: para H. H., o final da adolescência de Lolita representa uma erupção de senilidade mais fatal e catastrófica do que a de qualquer menopausa. Lolita, como objecto de desejo enquanto «pequena ninfa», estará pronta em pouco tempo.

É aqui que Nabokov introduziu uma cena esclarecedora. No final do livro, H. H. reencontra Dolores, que lhe fugira cinco anos antes. Ela é agora uma jovem mulher, naturalmente grávida de um fuzileiro naval com quem casou. Ora sucede que H. H., ao contrário do que seria de esperar por parte de um exclusivo apreciador de «pequenas ninfas», súplica a Lolita que não o abandone. Definitivamente repudiado, desfaz-se naquele desgosto que será suscitado pela obsessão dos seres huma-

Petronea revisited
4

COMISSÃO DE CENSURA
LISBOA
CORTADO
HIL

pegue

Provas remetidas a Censura

em 13/2/63

Prova n.º 34

Saída em 28-2-63



nos em se terem uns aos outros enquanto esta durar e conhecer obstáculos: «Senti as lágrimas correrem-me por entre os dedos e pelo queixo abaixo, onde ardiam; tapou-se-me o nariz, e eu não conseguia acabar com aquele choro; então ela pôs-me a mão no pulso.

— Se me tocas, morro — disse eu. — Tens a certeza de que não vens comigo?

— Não — disse ela. — Não, querido, não. Nunca me chamara querido».

Eis H. H. descido ao nível de um apaixonado de qualquer época ou condição social, e ei-lo encontrando a infelicidade predita pelo nosso tio Diderot. Aqui poderíamos rematar com alguns aforismos éticos ou, na alternativa, pela transcrição de um poema de Alexandre O'Neill. Mas, sem ofensa, preferimos este esclarecimento final (pág. 63): «Não fora ela que eu desvairadamente possuira, mas uma criação minha, uma outra Lolita, imaginária — talvez mais real».

«Uma outra Lolita». Não será este o infalível efeito da paixão? « talvez mais real». Não estará aqui esboçada a eterna hipótese de esse efeito não constituir defeito.

O ser humano apaixonado por outro torna essoutro outro. Vê nele o que nele não existe (ou talvez o que nele está escondido até a paixão o revelar). Só não conhece o talento criador duma paixão quem nunca se apaixonou ou quem ainda não conseguiu desapaixionar-se. A pessoa in love executa uma permanente sessão de flic-flac em corda bamba suspensa sobre o Hades, com o equador num bolso e o polo noutro. E é capaz de tudo menos de serena objectividade.

Eis por que prevemos mau sucesso a alma científica que, como tal, der a mão a father Nabokov: ele também apaixonado por Lolita, mas enquanto palavra escrita a titular um trabalho de criação literária. Este romance — insistamos — não pode entender-se em um prévio enquadramento no palanque da literatura séria onde tem lugar indiscutível, pelo que merece ser lido por quem sabe. E depois, a literatura séria é sempre um caso muito sério e por vezes muito amargo («Dites-vous bien que la littérature est un des plus tristes chemins qui mènent à tout»²).

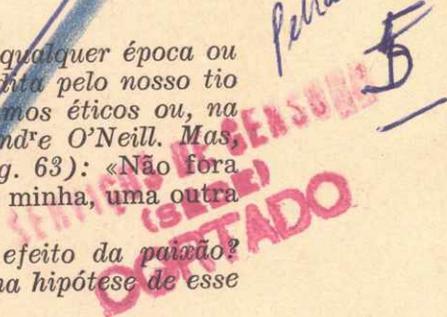
² André Breton in Premier Manifeste du Surrealisme.

* * *

Resta o problema das idades. Bom. Mas acaso não tinha Beatriz nove anos e Laura doze quando pegaram fogo, respectivamente, a Dante e a Petrarca? — pergunta suave e cultamente Humbert/Humbert. Toda a gente ouviu dizer que sim.

NUNO DE BRAGANÇA

Petrarca resistiu



IT

#

em 13/2/63

Prova n.º 71

Saída em 28-2-63



NOTICIARIO CRITICO

FESTA DE ANOS

Uma corrente, entre as várias que procuram desatar os sete véus em que De Gaulle envolve o seu dançar, diz o seguinte: o sibilino general chegou à conclusão (sagaz) de que a unificação do velho continente será baseada, não numa organização militar, mas num entendimento com a Rússia. De Gaulle estaria assim na situação de um velejador que, tendo adivinhado uma próxima mudança de vento, pretende antecipar-se aos seus adversários de regata e ser o primeiro a colher as inaugurais pressões do novo sopro.

Perguntar-se-á: nesse caso, para quê a questão do armamento atómico? Se De Gaulle se prepara para um futuro de paz, por que razão está empenhando o presente numa direcção de guerra?

Responder-se-á: De Gaulle reconheceu que a política internacional das grandes nações de hoje é *poker* e não *bluff*. Isto é: há cartas na mão mas há cartas à vista. E se nestas não tivermos força termonuclear (e competente transporte), os adversários que a possuem riem-se de nós e andam para a frente. O armamento europeu seria, no pensamento do lavrador-proprietário da Quinta República, uma credencial imprescindível; uns saltos altos com que alçar-se e dar um beijo nos Urais.

Os velhos, quase sempre, reparam em como os novos cresceram quando têm de se esticar para os oscularem. E quantas vezes esse ósculo, por ser de paz, surgiu depois de reconhecida a desvantagem duma guerra?

O desabrochar duma nova geração encontra sempre a instintiva resistência da antecedente, que odeia antecipadamente o dia em que a sua dignidade dependerá de saber dizer: *lugar aos novos*. A geração na «força da idade» tem sempre uma crise de bilis quando a gera-

SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO

SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO

Alque

Provas remetidas à Censura

em 13/2/63

Prova n.º 72

Saída em 28-2-63



SERVIGOS DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO

ção seguinte, adolescente, deixa de ser intimidada pelos ralhos e pelos bofetões. Há então uma fase carregada das mais negras ameaças. Se os adolescentes sobrevivem, chega-se por fim ao momento em que os «mais velhos» convidam os «mais novos» para um jantar de conciliação. É o reconhecimento (atrasado, por definição) de que os «fedelhos» afinal estão homens. E se assim é, que diabo!, vamo-nos entender como gente crescida (o que equivale a afirmar indirectamente o inconfessável, não nos é possível tê-los contra nós).

De Gaulle joga numa semiocidentalização de meia Rússia. Kennedy sonha com Tordesilhas. No que nenhum político inteligente pensa é naquilo em que pensava toda a gente «ocidental» há alguns anos, a saber: toca a esborrachá-los. O que não significa falta de vontade por parte de alguns. Mas é hoje tão absurdo pensar numa cruzada libertadora de *Kulaks* descontentes como numa foçada que pintasse Washington de encarnado. E a U.R.S.S. atingiu há muito uma maturidade estadual tão evidente que há que contar com ela. Eis tudo.

E eis muito: cumpre registar que a proclamação do Instituto Smolny cresceu em volume até penetrar o timpano mais surdo do velho mais velho. Ei-la crescida, robusta, mundanamente respeitada; os antigos adeptos de Kolchac e Denikine discutem com calor inesperado sobre quem encabeçará a comissão organizadora da festa cujo advento se admite.

Não nos é possível, numa nota assim, passar ao pente fino a sinceridade possível dessa provável comissão, com vista a observar se na sua cabeleira haverá caspa, além de gado. Permitam-nos, porém, que assinalemos à sensibilidade inconformista um espectáculo digno dela, a saber: o sorriso que levará a essa festa um certo *self-made state*, maior, de 45 anos.

N. B.

SERVIGOS DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO

SERVIGOS DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO

SERVIGOS DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO



A QUESTÃO UNIVERSITÁRIA

Pode dizer-se que, mercê embora de alguns sinais e ocorrências de cariz patológico, os temas universitários têm ultimamente, preenchido muito tempo e muito espaço. Um e outro decerto bem empregados, em vista da especial urgência do debate num país que é fértil em tergiversações e arranjos comprometidos. O centro da questão, há muito incinerado por periódicas metáforas comemorativas e, depois, pela germinação inesperada dos edifícios da Cidade Universitária, cujo testemunho continua a ser muito solicitado, reincarnou súbitamente em forma de crise que todos são ainda unânimes em classificar de lamentável e, o que importa, de muito significativa. Recorde-se que os acontecimentos se sucederam em diabólico contraponto e que cedo o País perdeu o fio de meada tão complexa; nem serviu a tradicional valentia dos nossos meios informativos oficialmente mais autorizados, logo, de facto, surpreendidos pela singular vivacidade da controvérsia, no contexto sereno e burocrático em que, há tantos anos, vem decorrendo a vida colectiva portuguesa. Mas a qualidade dos problemas levantados, as divergências que, a breve trecho, se esboçaram, um ou outro *fait-divers* de repercussão menos ortodoxa, e, não raro, motivo de inusitadas fricções, e, por último, alguns desgostos, atitudes e dúvidas — tudo isto acordou, nas esferas responsáveis um dinamismo renovador deveras exemplar. O Decreto-Lei n.º 44 632 veio, na verdade, exorcisar quantos se queixavam de uma ancestral e calculada inércia, por parte daqueles em quem não supunham existir, sequer, a mínima capacidade de lineamento, de visão «socrática» (segundo o léxico de Nietzsche) das coisas e das acções. É certo que, ainda assim, há quem aponte, naquele diploma, mera repetição, porventura literariamente

SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO

SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO

Jose



mais correnteia, do Decreto-Lei n.º 40 900. A posição é honestamente constitucional, mas não tem podido resistir ao devastador e sufocante impacto de novas circunstâncias e de doutrinações mais pertinentes. Por outro lado, a grande imprensa, intérprete sensível dos pátrios anseios, ignora-a. As mais ilustres figuras da nossa vida universitária têm finalmente dedicado à questão um sagaz e fecundo silêncio. As recentes orações dos preclaros reitores das Universidades Clássica e Técnica de Lisboa e o discurso que Sua Ex.ª o Ministro da Educação Nacional pronunciou quando da tomada de posse da «Comissão Permanente das Organizações Circum-Escolares», ilustram, na verdade, e lapidarmente, a antiga máxima sempre prenhe de preciosas e recônditas consequências — «*qui facit, consentire videtur*». Está certamente aí a nótula de um pensamento vivo e original, a anunciada viragem reconstrutiva por que todos esperam. O *plafond* da posterior argumentação ficou, em todo o caso, definido e condicionado, a contento de toda a gente e segundo os bons usos antonomistas que «como realidade ou ao menos como aspiração» (disse-o o Prof. Paulo Cunha) radicam em *humus* medievo. Por isso, também o titular da pasta da Educação enunciou a necessidade de adaptar os estatutos das agremiações académicas, «ao novo regime instituído pelo Decreto-Lei n.º 44 632», adentro de uma orientação norteada «por são critérios de legalidade (...) sobre que não é legítima a discordância». E todos foram concordes em insistir no princípio de que «cumpre não confundir o que é *universitário* com o que é *político*», sendo claro que «acima do político está o *nacional*» — sentir que se afirma ser também o da «enorme maioria dos estudantes». Noções que, convenhamos, todos os portugueses, em especial os universitários, têm sido largamente chamados a conformar.

F. F. G.

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADOSERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

2



OS FUNDAMENTOS DO SOCIALISMO

CONSTATAMOS que o Socialismo não é a expressão automática dos interesses de um grupo; trata-se de uma escolha política, exprimindo-se por uma doutrina económica e social.

Essa escolha e essa doutrina encontram-se intimamente ligadas à nossa civilização ocidental europeia. A história do nosso socialismo começa em Bahenf, continua por Saint-Simon, Forrer, Louis Blanc, Proudhon, consolida-se com Marx, alarga-se com James e Léon Blum.

Encontra-se por isso mesmo integrada numa das correntes da nossa civilização, simultaneamente racional, humanista e personalista.

Não é este o lugar para se proceder à análise crítica destas diversas doutrinas. Contentar-me-ei em lembrar alguns dados essenciais, comuns a todos os autores socialistas, e que foram recentemente precisados pela declaração de princípios adoptada em Francfort, a 3 de Julho de 1951, pela Internacional Socialista.

SECÇÃO I — OS PRINCÍPIOS SOCIALISTAS:

Podem resumir-se a quatro proporções principais:

1.º O Socialismo aprova a civilização técnica moderna. Desejoso de elevar o nível de vida das massas trabalhadoras, procura, primeiro que tudo, o progresso técnico e o aumento da produção.

Conhece, de certo, as dificuldades humanas que a revolução técnica acarretou, no passado, e aquelas que a nova revolução industrial da nossa época tem o risco de suscitar. Portanto, procura prever as etapas, a fim de adoptar as medidas necessárias para assegurar uma transição sem dor, evitar o desemprego, garantir o nível de vida e o pleno emprego.

Não obstante, o Socialismo é solidário com a civilização técnica moderna.

Pronuncia-se contra o romantismo do regresso à terra, da salvaguarda dum artesanato ultrapassado, que serve na maior parte das vezes de camuflagem à manutenção do *statu quo*, e à defesa dos interesses particulares.

É pelo pleno emprego dos trabalhadores, mas não pelo dos *cochers de figere* (?). Aceita e apoio a mobilidade dos trabalhadores duma empresa para outra, duma indústria em declínio para uma indústria em expansão. Opõe-se, deste modo a uma corrente bastante generalizada da actual sociedade europeia: enquanto os Estados Unidos e a R. R. S. S. têm, tanto um como o outro, dramatizado o progresso técnico, tornando-o um mito animador (propulsionador) da sua sociedade, a Europa dá muitas vezes a impressão de o suportar, gemendo, a cada passo em frente, lamentar o seu passado.

O Socialismo está, neste ponto, de acordo com as duas grandes sociedades técnicas progressistas: de Saint-Simon a Marx e a Jaurrès, celebrou o nascimento da grande indústria, a obra revolucionária da burguesia, desfazendo os antigos quadros sociais e políticos, destruindo as forças conservadoras, provocando outros progressos e invenções. Não se opõe à burguesia em proveito de tendências pré-capitalistas, em nome da ideologia do pequeno contra o grande; pelo contrário, procura ultrapassá-la, organizando o mundo material simultaneamente de maneira mais justa e eficaz.

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

3



4

SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO

2.º O Socialismo pretende assegurar uma *justa repartição* entre os diversos grupos sociais. Condena os *rendimentos sem trabalho* e procura eliminá-los pelo imposto. Entende que as necessárias desigualdades na remuneração não correspondem senão à diversidade dos homens, quer nas qualidades de que cada um é portador, quer no trabalho individualmente produzido.

Todo o homem deve dispor, à partida, duma oportunidade semelhante. Isto significa que cada criança deve poder beneficiar, em condições de igualdade, de instrução correspondente às suas capacidades.

O Socialismo reivindica a gratuidade escolar generalizada a todos os níveis, em sede de um plano geral de orientação, correspondendo às necessidades da colectividade e aos «mercados» efectivamente disponíveis.

Do mesmo modo, aqueles que à partida foram desfavorecidos, devem ter a possibilidade de prosseguirem os seus estudos para se aperfeiçoarem e, em caso disso, modificarem a sua orientação. Daqui advém a necessidade duma educação popular permanente, que não seja outorgada das alturas professorais, mas deve sair do próprio povo, inspirada nas suas necessidades e nas suas preocupações concretas. Finalmente, deve ser assegurado um mínimo aos elementos mais desfavorecidos da população; é o caso das crianças dos velhos, dos doentes, das vítimas dos acidentes de trabalho.

O Socialismo esteve em todos os países, à cabeça das realizações no campo da *Segurança Social*, e contribuiu para o aumento da parte respeitante ao salário indirecto na remuneração do trabalho operário.

Para ser justa, essa repartição deve ser real, e não apenas nominal.

Desde que as medidas tomadas sejam financiadas por sobrecargas incidindo sobre o conjunto da população, e, dentro desta, nos elementos mais favorecidos, então a repartição justa é uma realidade. É o caso da Grã-Bretanha, onde as despesas da *Segurança Social* são cobertas pelo imposto, particularmente pelo imposto progressivo sobre o rendimento. Já não é assim quando as despesas sociais são financiadas pelas contribuições operárias e patronais, entrando nos preços de (*revient*)?, e, finalmente, repercutindo-se nos consumidores, isto é, essencialmente nos trabalhadores que se pretende favorecer.

Fala-se muitas vezes em França acerca do peso das sobrecargas sociais sobre a nossa economia. E esquecer que estas não podem ser separadas do salário directo. Existe, em cada instante e num determinado país, um salário global médio; a segurança social assegura a repartição no interior do conjunto dos trabalhadores, pagando o saudável para o doente, o solteiro para o chefe de família. Só há uma justa repartição na medida em que o salário global real se mostre aumentado, seja qual for a maneira pela qual se reparte; mas isto não depende somente das somas nominalmente pagas, mas sobretudo dos movimentos recíprocos das remunerações e dos preços.

Só se pode assegurar uma justa repartição dos rendimentos desde que se proceda à organização geral da vida económica e social.

3.º Esta organização de conjunto é hoje indispensável na medida em que o mercado livre, que funcionasse no séc. XIX, já não corresponde à realidade. Na economia contemporânea, as grandes empresas fabricam para as grandes massas e aplicam conscienciosamente uma política de preços. Já existe um mercado livre, mas

Provas remetidas à Censura

em 14-2-63

Prova n.º 79

Saída em 28-2-63



por toda a parte forças organizadas. Há apenas, com efeito, uma economia dirigida. O problema está em saber por quem, e com que objectivo. Se pelas grandes empresas dispondo de um poder de se por um organismo colectivo, representando o interesse do público?

O Socialismo exige a *planificação da economia*. A quando do seu aparecimento, pronunciou-se pela apropriação colectiva dos meios de produção. Hoje, quando a propriedade aparece como uma das formas possíveis do poder, a questão essencial está na *apropriação colectiva do poder, não sendo a transferência de propriedade senão um meio, entre outros, de realizar a transferência da autoridade*.

O problema da gestão substitui-se ao da propriedade, e as modificações do regime de propriedade são função da autoridade requerida pela economia dirigida.

No sector agrícola, o Socialismo respeita a *pequena propriedade privada camponesa* desde que por intermédio das cooperativas livres, se insira num esforço geral de organização de mercados.

Nos sectores de base, particularmente nas indústrias de bens de produção, onde os requisitos da técnica geram tendências para o monopólio, o Socialismo exige a *nacionalização*, realizando-se esta por meio de instituições autónomas, descentralizadas ao máximo.

Enfim, no sector dos bens de consumo, o socialismo deixa subsistir um *sector privado*, de modo a poder dispor, no conjunto das actividades económicas, dum mercado livre de referência; mas este sector deve estar submetido à planificação de conjunto. Compete aos poderes públicos estabelecer uma contabilidade do rendimento nacional, baseada num plano (*comptable generaliae*) para escolher o ritmo de investimentos de economia e estabelecer a repartição entre a «dívida» externa e interna, a dívida pública e o conjunto das dívidas privadas.

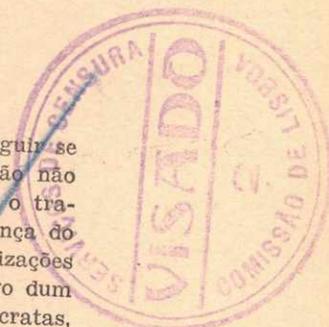
Para assegurar a aplicação do plano, a autoridade pública deve ter os meios de controle, que lhe permitam aplicar uma efectiva política de preços, com a possibilidade de agir no circuito distribuidor, quer utilizando os elementos progressistas desse circuito, como as cooperativas de consumo, quer procedendo à nacionalização de determinados sectores.

A autoridade deve poder intervir por meios financeiros, ou com uma política monetária geral de expansão ou de restrição do crédito, quer com concessão às empresas a estimular de um crédito selectivo a médio ou a longo prazo; quer com a tributação dos sectores anti-económicos, cujo *desenvolvimento* deve ser limitado; finalmente, utilização electiva dos direitos alfandegários, já que a concorrência estrangeira pode ser utilizada como instrumento numa política de conjunto.

É interessante constatar que, conforme os países tomou forma diferente o papel da nacionalização e o da planificação. Nos países escandinavos e na Holanda, foi possível realizar uma planificação geral das indústrias, através dos controles selectivos directos. Por consequência, esses países dão às nacionalizações apenas uma importância reduzida. Pelo contrário, nos países, como a França, onde as indústrias estão menos concentradas, e a planificação choca, por isso mesmo, com particulares dificuldades, a forma essencial de planificar deve ser a nacionalização das indústrias de base, combinada com uma orientação global de economia, por meio do crédito e do investimento.

4.º Mas a nacionalização e a planificação não bastam para mudar a atmosfera das empresas. Pelo contrário, é muitas vezes nas empresas do Estado que o descon-

SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO



tentamento é mais profundo, e aí começam os movimentos de greve que a seguir se generalizam. Esta feita é prova de que a apropriação dos meios de produção não basta para resolver o problema social. Mesmo numa empresa nacionalizada, o trabalhador experimenta um sentimento de exploração e de opressão, e a mudança do titular da propriedade não alterou as relações sociais internas. Se as nacionalizações fossem generalizadas a toda a economia, encontrar-nos-íamos perante o perigo dum capitalismo burocrático, como o da U. R. S. S., com uma autoridade de tecnocratas, constituindo pouco a pouco uma nova classe dirigente.

Se os poderes políticos e industriais estiverem concentrados em algumas mãos, essa classe disporá dum poder superior ao jamais detido por uma classe capitalista, e poderá estabelecer o seu domínio na totalidade do país. Não constitui surpresa que, no decurso dos últimos anos, alguns reaccionários franceses voltassem entusiasmados das suas viagens à Rússia e à China; uma economia colectiva tecnocratizada, sem perigo de greve, responde, com efeito, bastante bem ao ideal da direita aqui existente.

É essencialmente em relação ao poder e ao seu exercício que se definem, com efeito, as atitudes políticas. *Um homem da direita ordena e pretende ser obedecido. Um homem da esquerda persuade, e pretende ser compreendido.* A planificação da economia e a expansão do sector público nacionalizado só terão sentido socialista no dia em que os trabalhadores terão acesso às suas responsabilidades, e participarem por forma directa da indústria, na *gestão democrática da empresa*. A palavra de ordem do socialismo de 48 era a «abolição do salariado» e não a sua generalização; é assim a experiência prosseguida na Jugoslávia; é ainda neste sentido que espontaneamente se orientaram os trabalhadores da Hungria e da Polónia e, nos dois países, a luta pela liberdade exprimiu-se imediatamente pela constituição de conselhos de fábricas, afirmando a sua vontade de gerir democráticamente as empresas.

6

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

SECÇÃO II — DEFINIÇÃO DO SOCIALISMO

As observações precedentes fornecem-nos um princípio de definição do Socialismo. Diremos que este é a *acção dos trabalhadores de todas as categorias, de todos os países, para estabelecer, por intermédio das suas organizações autónomas, sindicais, cooperativas e políticas, uma direcção colectiva da vida económica e a socialização das empresas de monopólio, a fim de apressar o progresso técnico, garantir uma justa repartição de produtos, e fazer participar os trabalhadores nas responsabilidades e decisões essenciais da vida económica e social.*

Esta definição implica quatro afirmações:

1.º O Socialismo dirige-se a *todos os trabalhadores*, salariables de todas as categorias, independentes, quadros, directores administrativos.

Só exclui os que pretendem viver do trabalho dos outros, ou procuram obter rendimentos sem se preocuparem com o interesse público. Mas dirige-se primacialmente aos que, em dado momento, *estejam mais oprimidos, mais infelizes, mais ofendidos*. Daqui lhe advém a sua particular solidariedade com os operários da Europa, e com os camponeses deserdados dos países subdesenvolvidos.

Não é expressão dos interesses de uma classe; mas, em nome do seu ideal, *solidariza-se, a propósito de cada problema, com o grupo social alvo de maior injustiça*. Não constrói, para isso, um modelo. Conhece os seus limites, as suas paixões,

os erros decoerentes da sua situação de inferioridade; por toda a parte desejoso de elevar o homem a um nível cultural superior, luta, com franqueza e coragem, contra todas as formas de abuso. Mas proclama e mantém, em qualquer circunstância, a sua solidariedade com o mais desprotegido.

2.º A estes trabalhadores, o Socialismo propõe um *ideal de vida*, um valor comum, *uma civilização de trabalho*, susceptível de recriar uma dimensão social comum, capaz de suscitar o entusiasmo generalizado.

3.º Esse valor comum não é o resultado duma adaptação à situação duma classe particular; *é uma vontade de ultrapassar os interesses do grupo em nome duma ética determinada*. Esta não provém das lutas de interesses e do poder, que se verificam no meio capitalista, e sob a sua influência; provém dum *juízo moral anterior a qualquer experiência histórica. Do simples conhecimento do ser não se induz o dever ser*.

Todo o realismo que pretender adaptar-se à realidade é, com efeito, uma força conservadora. A realidade permite-nos conhecer os obstáculos e as linhas de força; o seu conhecimento é indispensável para se determinarem as vias de uma acção eficaz; mas esta enraíza-se num determinado meio social, com uma vontade criadora, inspirada por uma consciência moral. *O Socialismo não se inclina perante as coisas que nos acontecem; procura provocar aquelas que surgem por nosso intermédio*. Não é o resultado de uma fatal e inelutável evolução histórica, e não conta com ela. Não se pode ter como certo o sucesso do Socialismo; depende da nossa acção, do combate de cada homem, da vontade com que cada um se submeta a um ideal comum, ultrapassando os interesses e as paixões particulares.

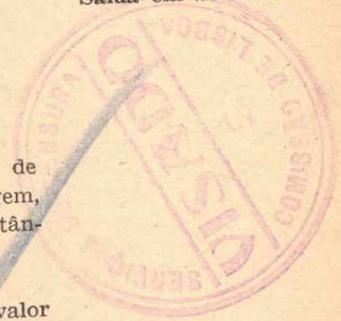
4.º O ideal moral que inspira o Socialismo é o *próprio ideal da democracia*: desejo de justiça, procura da verdade, respeito pela dignidade humana. É aquele que jamais magnificamente definia nas linhas seguintes:

«A justiça significa que em todo o homem, a humanidade deve ser plenamente respeitada. Assim, só há humanidade onde houver independência da vontade activa, livre e viva, adaptação do indivíduo ao conjunto. É negada e mutilada a humanidade quando o homem estiver sob a dependência e à mercê dos outros, quando a vontade não coopere livremente na obra social, quando o indivíduo estiver submetido à lei do conjunto pela força e pelo hábito e não pela razão».

A convicção de que o homem tem um valor maior que todas as realizações colectivas, que o seu destino mais válido é o que traça a si próprio, que todas as instituições económicas e políticas não têm outra finalidade senão criar o quadro mais favorável ao desenvolvimento de cada personalidade, tal é o fundamento do pensamento socialista.

É esta crença que animou os «Drey furards», quando não hesitaram em pôr em perigo a moral do exército, e mesmo a defesa nacional do país, em vez de desonrar a nação pela aceitação de uma única injustiça. É ela que animava, em 1940, a espontânea resistência dos homens que, na derrota e sob a dominação hitleriana, encetaram um combate na aparência desesperado, simplesmente porque era impossível, a um homem, digno desse nome, inclinar-se perante a violência e o horror estabelecidos (triumfantes).

Este humanismo essencial levantará sempre um socialista contra uma política que, independentemente do seu iniciador, sacrifique a um interesse imediato ou a



7

SERVIÇO DE IMPRENSA
SEDE
CORTADO



resultados passageiros os valores fundamentais definidores da nossa civilização.

O Socialismo é um humanismo democrático; de facto, procura generalizar, na vida democrática e social de todos os dias, os princípios que a Revolução Francesa fez triunfar no quadro político.

Mas esta definição de Socialismo põe imediatamente dois problemas: o das relações entre a ética e o socialismo; e o da acção política concreta e quotidiana.

SECÇÃO III — SOCIALISMO E ÉTICA

Este problema foi admiravelmente abordado num livro recente de Jeanne Hersch, *Ideologias e Realidade*. Para ela, o socialismo é também um humanismo democrático. Depois de ter relembrado toda a diversidade das tendências socialistas, conforme as épocas e os países, conclui: «Nesta diversidade, só encontro uma constante; explícita ou implicitamente, todos acreditam no valor da pessoa humana, livre, responsável pelo seu destino e pelo de outrém, e capaz duma certa conquista sobre a realidade de História»¹.

¹ In «Idéologie et réalité», pág. 158 — Plon, 1956.

Isto acarreta um certo número de consequências:

a) O socialismo é laico, no sentido mais profundo e preciso do termo. O socialismo não tem credo filosófico ou religioso. Os socialistas podem vir de toda a parte, de todos os horizontes do pensamento e da fé. O socialista crê no valor sagrado da pessoa humana; pode acreditar nisso por razões diferentes: para uns, é a presença em cada um de nós da razão universal; para outros, é a do Cristo morto na cruz para a salvação pessoal do Homem.

Seja qual for o motivo, o fundamento filosófico ou religioso da sua adesão, é socialista o que coloca, em primeiro plano, o respeito pela pessoa humana, com a condição de o não fazer de modo abstracto e teórico, mas de forma real, exprimindo esse respeito pelo próximo, simultaneamente na sua acção política e na sua vida individual e concreta.

b) O socialismo não é *um absoluto* ou uma *mística*. Agrupa os que, no respeito pela pessoa humana, pretendem trabalhar em conjunto na realização de um programa político; estes homens estão unidos por uma acção comum; não é necessário, aponta ainda J. Hersch, que eles tenham os mesmos gostos, o mesmo sentido da vida, nem mesmo que sejam amigos. Trata-se de uma adesão parcial, cobrindo, certamente, uma parte importante da nossa existência, mas deixando fora a vida familiar, a vida de sociedade (?) a vida estética, cultural e religiosa. O socialismo, nestas condições, rejeita tudo o que faria dele uma força totalitária, cobrindo o total da existência. É assim levado a lutar contra todos os partidos de carácter religioso, que pretendem submeter ao seu dogma confessional o conjunto da vida política. Faz o mesmo contra os partidos antireligiosos, que pretendem fazer da vida política um novo absoluto, cobrindo toda a existência.

A democracia implica a *colocação da vida política no seu verdadeiro lugar*, despojada, para futuro, de qualquer pretensão ao Sagrado. As suas tarefas são decisivas, mas limitadas; pretende realizar a organização material ou temporal permitindo, na maior liberdade, o pleno desabrochamento da alma humana.

8

SÉRVÍÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTANDO



c) Mas, na medida em que *se instala na relatividade do político*, o socialismo deixa a *porta aberta ao que o ultrapassa*. Quando diz religião, assunto privado, não afirma uma indiferença; convida, cada um dos seus membros a encontrar, para a sua vida pessoal, a posição filosófica e religiosa que lhe permitirá basear e inspirar o seu respeito absoluto pela pessoa humana. Como escreve Jeanne Hersch, a páginas 162:

«O socialismo não comporta um credo religioso. Por esta razão, não entra em conflito com o credo particular das religiões constituídas, nem com o espírito religioso enquanto tal. Tem necessidade, todavia, do apoio pessoal dos seus aderentes num absoluto religioso ou filosófico, capaz de alimentar o valor, forçosamente indefinido, sobre a qual baseia a pessoa humana, livre e responsável. Mas não lhe compete impor nem determinar esse absoluto; pelo contrário, pertence-lhe absolutamente preservar a sua presença e o seu respeito... Qual poder ser, então, o único dogmatismo do socialismo? O antidogmatismo; e o seu único entusiasmo? A liberdade».

SECÇÃO IV — SOCIALISMO E COMPROMISSO

O socialismo repousa numa ética política, baseada na afirmação do valor absoluto do ser humano. Esta ética política foi, no passado, simultaneamente o fundamento das críticas dirigidas ao regime capitalista, e a expressão duma segurança, que tomou por vezes o carácter místico de descrição duma sociedade mais justa e mais paternal.

Chegámos ao momento onde as realizações começam. O Partido Socialista é obrigado a ter responsabilidades nos assuntos públicos; está agora instalado numa Sociedade em transformação que, devido à importância do sector socializado e dos progressos da planificação, não é já um regime capitalista puro, mas um onde as forças financeiras e as preocupações de lucro permanecem ainda suficientemente importantes para opor obstáculos sérios às realizações socialistas. Ao mesmo tempo, está numa sociedade onde as classes têm tendências para se dissolverem numa série de grupos de interesses autónomos, em conflito uns com os outros, numa sociedade onde se perdeu todo e qualquer valor universal de civilização e que tende, portanto, a desagregar-se. Lofa que o socialismo assume responsabilidades governamentais, está submetido inevitavelmente às forças do meio, às pressões dos interesses que deve arbitrar; conhece também a força do poder exercido por um ser humano sobre outro ser humano, força que se torna degradante desde que quem a exerce a leve às últimas consequências, e perde de vista o ideal essencial, único capaz de a legitimar. Colocado num inevitável conflito de forças, e submetido, ao mesmo tempo, às pressões exteriores e ao perigo interno do próprio exercício do poder, a cada momento o socialismo é obrigado a consentir compromissos, a empregar, para lutar contra o mal, medidas mais em si próprias, a procurar reduzir, por meios violentos, a violência reinante. A especificidade da acção política impõe-lhe uma moral que não pode ser idêntica à moral individual. Como escreve J. Hersch: «O homem político tem almas a seu cargo»; deve defender o interesse colectivo; não pode consentir sacrifícios e abandonos que estaria disposto a aceitar para os seus próprios interesses individuais. É julgado pelo seu sucesso, mais pelas consequências concretas da sua acção do que pelas intenções reais ou supostas; enquanto na vida pessoal deve, antes de mais, cuidar das suas relações com o próximo, a sua acção política deve assentar no *longínquo*, simultaneamente no tempo e no espaço, e justos objectivos imediatos devem muitas vezes ser sacrificados à necessidade, mais a longo prazo, de salvaguarda do *longínquo*; para o político, é essencialmente o *universal que é real*. A acção

9
SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO

consiste, por fim, em modificar o equilíbrio das forças, pelo emprego duma nova força ou pela reorientação das existentes.

É progressivamente, por etapas, que pode orientar a economia num sentido socialista, fazendo, a cada instante, os compromissos julgados indispensáveis. Esta relativização da acção socialista é inevitável, porque ele é a própria condição duma acção eficaz.

Mas três reservas devem ser aqui postas:

1.º A acção socialista repousa no conhecimento mais completo possível da realidade, ao mesmo tempo próxima e distante. Em nenhum momento e por nenhum preço poderá o socialista aceitar um método de acção que o corte das fontes de informação, que não comporte *um estudo e uma análise objectiva e sincera de todos os problemas*. Deve resistir a inventar argumentos para justificar, depois de feita, a sua acção; só pode prosseguir a realização do seu programa vendo claramente, em cada momento, todos os dados da realidade.

2.º Isto equivale a dizer que, aceite um compromisso, este deve ser conhecido, definido, analisado e proclamado como tal; na consciência do socialista deve subsistir sempre a inevitável tensão entre o ideal que o anima e a realização concreta, possível em cada momento determinado. Um grande número de compromissos podem ser realizados pelo homem que possua uma doutrina segura e um programa preciso, se puder medir em cada instante a distância existente entre a realização do momento e o objectivo prosseguido, assentando portanto a sua vontade no sentido de acção desejada a longo prazo.

Pelo contrário, não há socialismo quando se administra no dia-a-dia, se responde aos problemas à medida que são impostos pelos acontecimentos, quando não há política definida nem orientação geral.

3.º Enfim, há limites para além dos quais o compromisso não pode ser aceite; é o momento em que os meios empregues comprometem totalmente o fim, proclamado e desejado. Com efeito, os meios usados suscitam *mobiles* (?) afectivos que geram consequências no plano da acção. Se se faz apelo a motivações de ódio, jamais se obterá a fraternidade; se se faz uso de interesse pessoal ou de grupo, jamais será obtido o serviço de colectividade. Certos meios são incapazes para atingir o fim prosseguido, porque estão em contradição com ele. Foi o que C. Peguy viu claramente quando escreveu:

«Uma única injúria, um único crime, uma única ilegalidade, se for universal, legal, nacional e comodamente aceite, é suficiente para desonrar todo um povo, pois é um ponto de gangrena que corrompe todo o corpo. No «affaire Dreyfus», na Resistência, é este sentimento que sempre animou os socialistas e os republicanos. Nem todo o compromisso é aceitável; aquele que coloca acima de tudo o respeito pelo ser humano, não pode aceitar uma política concreta que voltasse as costas aos princípios fundamentais do socialismo humanista.

Se, portanto, a acção política pressupõe inevitáveis compromissos, estes devem ser definidos por uma procura independente e objectiva; devem ser, em vez de justificados, reconhecidos como tais em cada momento; devem, enfim, ser limitados. Em certas alturas é dever do socialista revoltar-se contra uma política de compromisso que, pela sua permanência e pelos meios que coloca em jogo, poria em causa os princípios fundamentais pelos quais o socialismo se define.

ANDRÉ PHILIPP



10
SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO



*O atentado do Petit-Clamart e o vazio
do grande ausente*

Os «Dauphines» continuam a deslizar pelos *Boulevards*; os cafés de St. Germain regorgitam de intelectuais, o Bois deve estar alagado, as baleiras Lafayette apinhadas.

A televisão transmitiu, para sossego dos burgueses, a reconciliação franco-alemã, representada no abraço, enorme e ridículo, de dois velhos também enormes, na idade, no tamanho, no despotismo esclarecido.

Nada parece afectar o calmo desenrolar dos dias: a Bardot já não perturba e pouca gente, na grande Nação, parece notar que o «grito do Ipiranga» solto no palácio do Eliseu, em Janeiro, perante jornalistas sequisos, é também uma declaração militarista, colocada em termos de necessidade nacional, mas de graves consequências: «Nós vamos ter uma bomba», dito quase como um primeira-mista do liceu luta posse de um abafador que lhe permita avançar aos colegas quantidades compensadoras de berlindes.

Todavia, em ambiente igualmente militar, perante as fardas dos oficiais, a servir de juizes, desenrola-se, no forte de Vincennes, um grande espectáculo: o julgamento dos participantes no atentado ao General de Gaulle, em Agosto do passado ano.

O espectáculo devia, pelos comparsas em causa, ter a importância equivalente ao de um cartaz, anunciando uma companhia de cir para qualquer Coliseu, se não fora o inventário, a que tem dado lugar, da espantosa série de contradições, compromissos, nostalgias e incoerências

SERVIÇOS DE GENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO COM CORTES

1a

segue

Provas remetidas à Censura

em 19/2/63

Prova n.º 98

Saída em 28-2-63



de certas «elites» francesas, colocadas perante os factos indesmentíveis da descolonização, do fim inevitável e necessário de campanhas como as da Indochina e da Argélia. E, no fundo, o processo de *uma época.*

Tudo é sinuoso, pouco claro, comprometedor. Todos os comparsas têm pontos obscuros na sua conduta, cada um procurando colmatá-los, o melhor que pode, construindo, à pressa, pseudo-legitimidade.

A começar pelo Poder legislativo, compartilhado pelo Governo e pelo Parlamento. O Tribunal de Justiça Militar, onde decorre o julgamento, mas cuja existência legal era contestada pelo Conselho de Estado, tinha os seus dias contados, pois fora promulgada a lei que institua o tribunal da Segurança do Estado, destinado a entrar imediatamente em função.

Perante o espanto geral, o Executivo afecta ao Tribunal de Justiça Militar o julgamento deste pleito. Ter-se-á desejado oferecer argumento à defesa?

Mas logo novo problema surge: como o julgamento demora, e a entrada em funcionamento do novo Tribunal está iminente, é necessário prolongar a «existência» do Tribunal de Justiça Militar: o Governo vê-se obrigado a mandar para a Assembleia onde a maioria U. N. R. assegura a aprovação do que for necessário — uma lei em que isso se prevê.

Não nos interessa o pormenor. O processo do Petit-Clamant é também o processo de uma administração que procura viver nas suas próprias contradições. E repare-se como parece fácil, em Fran-

2
/

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO COM CORTES

segue

Provas remetidas à Censura

em 79/2/63

Prova n.º 100

Saída em 28-2-69



e os instrumentos para esse fim são a «logística».

Agitam-se os «slogans»: «Viva a França, e que seja feita a vontade de Deus»; «Pela Pátria e pela Moral». A teologia é a base, para se reivindicar, em nome da honra, o direito à legítima defesa contra De Gaulle.

Perpassam, com voz segura, as nostalgias das missões perdidas, constroem-se e são expostos os mitos ultrapassados da Indochina «abandonada», da Argélia «naturalmente» francesa, da «missão civilizadora».

É um mundo fora de tempo, que enverga o traje de gala, sobe ao palco e afina a pinoteia.

Que seja recebido com a violência da pateada.

*
* * *

Os «Dauphines» continuam a deslizar pelos Boulevards.

Mas o grande ausente no julgamento do Processo do Petit-Clamart é o verdadeiro povo francês, o que combate numa linha que vai desde 1789, passa pela construção dum socialismo, atravessa a Comuna e vive na Resistência. O que recusa o sono embalador da Televisão e das histórias aos quadradinhos. O que sempre lutou pela justiça e pela liberdade.

É preciso, de novo, acordar tudo isto em França. Que se lancem ao trabalho os que já deram mostrar de o poder fazer.

J. S.

4
SERVIÇOS DE CENSURA
AUTORIZADO COM CORTES

##